



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 001/2026 – SEMAD/PMT

CONTRATANTE

MUNICIPIO DE TAPAUÁ – PREFEITURA MUNICIPAL

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO BANCÁRIA PÚBLICA OU PRIVADA PARA OPERAR OS SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO SECUNDÁRIA E CENTRALIZADA DE TRIBUTOS E PREÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, PROCESSAMENTO E GERENCIAMENTO DE CRÉDITOS DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS E PENSIONISTAS ABRANGENDO OS ADMITIDOS DURANTE A VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE TAPAUÁ – AM, DURANTE 60 (SESSENTA) MESES.

VALOR ESTIMADO DA OFERTA

R\$ 90.000,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia: 18/03/2026 às 10h (horário de Brasília)

Local: LICITANET – <https://licitanet.com.br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Maior Lance Global

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026 – SEMAD/PMT

Processo Administrativo nº 046/2026 – CCSC/PMT

O **MUNICÍPIO DE TAPAUÁ**, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 04.530.390/0001-62, com sede na Avenida Presidente Castelo Branco, nº 361, Centro, CEP 69480-000, Tapauá/AM, por meio da **CENTRAL DE COMPRAS, SERVIÇOS E CONTRATOS**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento pelo **Maior Lance Global**, nos termos da **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, regulamentada no âmbito da Administração Municipal pelo **Decreto Municipal nº 019/2024, de 10 de abril de 2024**, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos. A presente licitação também observará, no que couber, as disposições da **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**, com as alterações introduzidas pela **LC nº 147/2014**, **LC nº 155/2016**, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

Início de Acolhimento de propostas: 23/02/2026 a partir das 10h30min

Fim do recebimento das propostas: 18/03/2026 até às 09h30min

Data da abertura da sessão pública: 18/03/2026 às 10h (horário de Brasília)

Local: LICITANET – <https://licitanet.com.br/>

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO BANCÁRIA PÚBLICA OU PRIVADA PARA OPERAR OS SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO SECUNDÁRIA E CENTRALIZADA DE TRIBUTOS E PREÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, PROCESSAMENTO E GERENCIAMENTO DE CRÉDITOS DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS E PENSIONISTAS ABRANGENDO OS ADMITIDOS DURANTE A VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE TAPAUÁ – AM, DURANTE 60 (SESSENTA) MESES**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em **LOTE ÚNICO**, sendo o critério de julgamento o **MAIOR LANCE GLOBAL**, correspondente ao valor da outorga onerosa (bônus de assinatura) a ser pago ao Município de Tapauá.

2. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do contrato será de **60 (sessenta) meses**, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual (ou da data de início de vigência nele estabelecida), podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite de **10 (dez) anos**, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata o item anterior ficará condicionada à demonstração de vantajosidade para a Administração Pública, à manutenção da qualidade dos serviços prestados e à concordância da instituição financeira contratada.

3. DO VALOR ESTIMADO

3.1. O valor mínimo estimado para a presente outorga onerosa é de **R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)**, conforme avaliação técnica e justificativa de mercado constantes no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Termo de Referência.

3.2. O valor estabelecido servirá como **referência mínima para os lances**, de modo que não serão aceitas propostas com valores inferiores ao fixado, nos termos do artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.3. O valor total da proposta vencedora deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal em parcela única, conforme prazos e condições estabelecidos neste Edital.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E PREVISÃO DA RECEITA

4.1. A presente contratação não implicará em despesa direta para o Município de Tapauá, tratando-se de licitação do tipo "**Maior Oferta**", na qual a Instituição Bancária vencedora pagará ao Município um bônus de assinatura (outorga onerosa).

4.2. O valor total ofertado pela licitante vencedora deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal em parcela única, após a assinatura do contrato, sob a seguinte classificação de receita:

Órgão: 02.00 – PODER EXECUTIVO



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

Unidade: 02.04 - SECRETARIA MUNIC. DE FAZENDA

Código de Receita: 1.3.6.1.01.1.1 – Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamento – Principal.

Fonte de Recursos: 1.501 – Recursos Livres (Tesouro Municipal).

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Poderão participar desta licitação instituições bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que estejam previamente credenciadas na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas (www.licitanet.com.br), conforme as exigências estabelecidas neste Edital.

5.2. O licitante será o único e exclusivo responsável pelas transações realizadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por meio de representante legal. Fica excluída qualquer responsabilidade do provedor da plataforma ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes do uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. É de responsabilidade do licitante verificar e manter atualizados seus dados cadastrais nos sistemas mencionados, devendo proceder à correção ou alteração dos registros sempre que identificar inconsistências ou desatualizações.

5.4. A inobservância do disposto no item anterior poderá ensejar a desclassificação do licitante no momento da habilitação, por inconsistência cadastral ou ausência de regularidade documental.

5.5. Não será concedido tratamento favorecido às microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP), sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, ao agricultor familiar, produtor rural pessoa física ou ao microempreendedor individual (MEI), nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto nº 8.538/2015, tendo em vista que instituições financeiras estão expressamente excluídas do enquadramento como ME ou EPP pela referida legislação.

5.6. Também não será concedido tratamento favorecido, diferenciado, simplificado ou regionalizado, nos termos do § 4º do art. 289 do Decreto Municipal nº 019/2024, de 10 de abril de 2024, às empresas locais ou regionais, ainda que qualificadas conforme § 2º do mesmo artigo.

5.7. Estão impedidos de participar desta licitação:

- a) Quem não atender às condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;
- b) Sociedade cuja atividade seja incompatível com o objeto da licitação;
- c) Sociedades cooperativas;
- d) Empresas estrangeiras que não possuam representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- e) O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- f) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital votante, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- g) Pessoa física ou jurídica que esteja, à época da licitação, impedida de participar em razão de sanção aplicada;
- h) Quem mantenha vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que atue na licitação, fiscalização ou gestão do contrato, ou que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- i) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- j) Pessoa física ou jurídica que, nos cinco anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou contratação de adolescentes em desacordo com a legislação trabalhista;
- k) Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- l) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição.

5.8. É vedada a participação, direta ou indireta, na licitação ou na execução do contrato, de agente público vinculado ao órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que configurem conflito de interesses, nos termos da legislação aplicável, especialmente o § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

5.9. O impedimento previsto na alínea “g” do item 5.7 aplica-se também ao licitante que atue em substituição a pessoa física ou jurídica sancionada, com o intuito de burlar a efetividade da penalidade, inclusive à sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou o uso fraudulento da personalidade jurídica.

5.10. A critério exclusivo da Administração, o autor dos projetos e a empresa mencionada nas alíneas “e” e “f” do item 5.7 poderão participar do apoio às atividades de planejamento da contratação, execução da licitação ou gestão do contrato, desde que sob supervisão direta de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico.

5.12. O disposto nas alíneas “e” e “f” do item 5.7 não impede a licitação ou contratação de serviços que incluam, como encargo do contratado, a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, ou do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos ou programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro internacional, com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, é vedada a participação de pessoa física ou jurídica que conste em rol de sancionados por essas entidades ou que tenha sido declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.14. A vedação prevista no item 5.8 estende-se a terceiros que auxiliem na condução da contratação, na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado, funcionário ou representante de empresa prestadora de assessoria técnica.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Após a divulgação do Edital no sítio eletrônico indicado, os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta contendo o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.

6.2. No momento do cadastramento da proposta inicial, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, que:

- a) Está ciente e concorda com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, e que a proposta apresentada contempla integralmente os custos necessários ao cumprimento dos direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal, pela legislação trabalhista, pelas normas infralegais, pelas convenções coletivas de trabalho e pelos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega definitiva da proposta, além de atender plenamente aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme o disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- c) Não possui empregados submetidos a trabalho degradante ou forçado, em conformidade com os incisos III e IV do art. 1º e o inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

6.3. A falsidade das declarações previstas no item 6.2 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

6.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, ou, nos casos em que a fase de habilitação anteceda a apresentação de propostas e lances, substituir os documentos de habilitação previamente inseridos no sistema, até o momento da abertura da sessão pública.

6.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação. A classificação ocorrerá apenas após a abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.6. Os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação serão disponibilizados para acesso público após a fase de envio de lances.

6.7. Desde que disponibilizada tal funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o valor final mínimo no momento do cadastramento da proposta, observando as seguintes regras:

- a) Aplicação de intervalo mínimo entre os lances, seja em valores ou percentuais, tanto para lances intermediários quanto para o lance que cobrir a melhor oferta;
- b) Os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitado o valor final mínimo parametrizado e o intervalo definido no subitem anterior.

6.8. É de responsabilidade do licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, assumindo o ônus decorrente da perda de negócios por inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou por desconexão do sistema.



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

6.9. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer ocorrência que possa comprometer o sigilo ou a segurança de suas credenciais, para que seja realizado o bloqueio imediato de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta conforme o **modelo constante do Anexo II**, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor unitário e valor total do item.

7.2. Todas as especificações do objeto constantes da proposta vinculam o licitante, obrigando-o ao seu fiel cumprimento, nos termos do Edital e do Termo de Referência.

7.3. Os valores propostos serão considerados livres e isentos de quaisquer encargos, impostos, taxas, contribuições ou outras obrigações fiscais a que o licitante esteja sujeito. O valor total do lance representará o montante líquido a ser recebido pelo Município de Tapauá.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não sendo admitida qualquer alteração posterior sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. A apresentação da proposta implica a obrigatoriedade de cumprimento integral das disposições nela contidas, em conformidade com o Termo de Referência. Ao submeter sua proposta, o licitante assume o compromisso de:

- a) Executar o objeto licitado nos termos propostos;
- b) Disponibilizar a infraestrutura, os sistemas e os recursos humanos necessários;
- c) Garantir qualidade, segurança e eficiência na execução contratual;
- d) Realizar a imediata correção de falhas e inconsistências nos serviços, sempre que solicitado pela Administração.

7.6. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a **90 (noventa) dias**, contados da data de sua apresentação.

7.7. Os licitantes deverão respeitar os preços mínimos estabelecidos nas normas de regência das contratações públicas federais e municipais, quando da participação em licitações públicas.

7.8. O descumprimento das regras previstas nesta cláusula poderá ensejar responsabilização perante o Tribunal de Contas da União (TCU) e/ou o Tribunal de Contas do Estado (TCE) e, após o devido processo legal, acarretar:

- a) A assinatura de prazo para adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal;
- b) A condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao ressarcimento dos prejuízos causados ao erário, caso constatado superfaturamento por sobrepreço na execução contratual.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação ocorrerá automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, até o momento da abertura da sessão pública.

- a) Será desclassificada a proposta que contenha qualquer identificação do licitante, em desacordo com o princípio do sigilo das propostas.
- b) A desclassificação será fundamentada e registrada no sistema eletrônico, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes da sessão.
- c) A não desclassificação imediata da proposta não impede seu julgamento definitivo em sentido contrário, o qual poderá ocorrer na fase de aceitação, conforme análise técnica e jurídica da Administração.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema eletrônico disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação e os licitantes, durante a sessão pública.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar seus lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados sobre o recebimento e o valor consignado no registro.



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

- 8.6. Os lances deverão ser ofertados pelo **valor global do lote ou item**, conforme definido no instrumento convocatório.
- 8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 8.8. O licitante somente poderá ofertar lance de **valor superior** ao último por ele registrado.
- 8.9. O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de **R\$ 10,00 (dez reais)**, aplicando-se tanto aos lances intermediários quanto àqueles que visem cobrir a melhor oferta registrada. Esse intervalo tem por finalidade assegurar a efetividade da disputa, evitando lances simbólicos ou irrelevantes que comprometam a competitividade e a vantajosidade da contratação.
- 8.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no prazo de até **15 (quinze)** segundos após o registro no sistema, exclusivamente na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 8.11. **O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.**
- 8.12. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.17. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.
- 8.18. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **2 (dois)** minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.19. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 8.20. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**, o Pregoeiro/Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 8.21. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 8.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação persistir por tempo superior a **10 min (dez minutos)**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24h (vinte e quatro horas)** da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.16. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 8.17. Na hipótese de empate a negociação poderá ser feita com os licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida.
- 8.18. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.19. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 8.20. O Pregoeiro/Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 8.21. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

- 9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 5.7 do edital, especialmente quanto



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

9.3. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

9.4. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

9.5. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.7. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

9.8. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.9. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.11. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.12. contiver vícios insanáveis;

9.13. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

9.14. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema.

9.16. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.17. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.18. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.19. Encerrada a análise quanto ao julgamento da proposta, o Pregoeiro e verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos no Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, os quais dizem respeito à

10.2. Habilitação Jurídica:

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) **Sociedade Empresária (Sociedade Anônima - S.A.):** Por tratar-se de instituição financeira, a licitante deverá apresentar o **Estatuto Social** atualizado e devidamente arquivado na Junta Comercial, acompanhado da **Ata de Eleição de seus Administradores** em vigor, conforme as normas da Lei nº 6.404/1976.



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

- e) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- f) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- i) **cópia do documento oficial de identidade do representante legal da empresa,** que só será aceita se devidamente autenticada em Cartório, ou por meio digitais, ou por membro da Central de Compras, Serviços e Contratos.

10.3. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.4. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal e/ou estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Certidão de regularidade com a Fazenda Federal (Receita Federal e Dívida Ativa da União);
- d) Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- e) Certidão de regularidade com a fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF) emitido pela Caixa Econômica Federal;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- h) A Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, **conforme modelo do Anexo VI.**

10.5. As certidões deverão estar em plena validade na data da abertura da sessão pública. Caso o órgão emissor não declare a validade no documento, esta será considerada de **90 (noventa) dias** a partir da data de emissão.

10.6. O Agente de Contratação/Pregoeiro poderá consultar a validade e autenticidade das certidões via internet no ato da sessão, certificando nos autos.

Das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (LC 123/2006):

10.7. Em que pese a natureza do objeto (serviços bancários) ser tipicamente executada por grandes instituições financeiras, caso haja participação de licitante enquadrada como ME ou EPP, esta gozará do benefício da **regularização fiscal tardia**, nos termos do art. 43, §1º da LC 123/2006.

10.8. Havendo restrição na regularidade fiscal ou trabalhista de ME/EPP declarada vencedora, será concedido o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, para a devida regularização, sob pena de inabilitação.

10.9. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores ou iguais a 1 (um);

10.10. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo **Balanço de Abertura** (Art. 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021).



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

10.11. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do valor total estimado da parcela pertinente.

10.12. Dada a natureza do objeto, a licitante deverá apresentar o **Índice de Basileia** atualizado (conforme dados do BACEN), demonstrando que a instituição atende aos requisitos mínimos de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil para operar no território nacional.

10.13. O atendimento dos índices previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil.

10.14. Serão inabilitados os licitantes que apresentarem pelo menos um índice menor do que 1, e não comprovarem possuir valor de patrimônio líquido até 10% (dez por cento) do valor de sua proposta de preço, cuja verificação poderá ser feita pelo(a) Agente de Contratação ou Servidor de Contabilidade, com base no balanço patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios.

10.15. Qualificação Técnica

10.16. A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

10.17. **Atestado de Capacidade Técnica:** Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante executado serviços de processamento de folha de pagamento e arrecadação de tributos, de forma satisfatória e em complexidade compatível com o objeto deste certame.

10.18. **Regularidade perante o BACEN:** Cópia da autorização de funcionamento expedida pelo **Banco Central do Brasil (BACEN)**, comprovando que a instituição está devidamente autorizada a operar no território nacional e integra o Sistema Financeiro Nacional.

10.19. **Compromisso de Estrutura Presencial:** Declaração formal de que a instituição manterá, durante toda a execução do contrato, estrutura de atendimento presencial (Agência ou Posto de Atendimento Bancário - PAB) no Município de Tapauá/AM, dotada de infraestrutura necessária para suporte aos servidores e usuários, em conformidade com as exigências deste Edital.

10.20. **Conformidade Tecnológica:** Declaração de plena capacidade de integração tecnológica com os sistemas de Recursos Humanos e Arrecadação da Prefeitura de Tapauá, utilizando obrigatoriamente os padrões de arquivo **CNAB (Centro Nacional de Automação Bancária)**.

10.21. A Prefeitura Municipal de TAPAUÁ se reserva no direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo requisitar cópias das notas fiscais e outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado;

10.22. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, em conformidade com este Edital, motivo de inabilitação, tendo em vista as características do objeto.

10.23. Outros Documentos

10.24. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

10.25. Será verificado ainda se o licitante apresentou as seguintes declarações:

- a) declaração de cumprimento dos requisitos da proposta de preços e de habilitação - **Conforme modelo do Anexo IV;**
- b) declaração de elaboração independente da proposta – **Conforme modelo do Anexo V;**
- c) declaração de aceitação do edital e anexos - **Conforme modelo do Anexo VII;**
- d) declaração de veracidade dos documentos – **Conforme modelo do Anexo VIII;**
- e) declaração que não mantém vínculo com agente público – **Conforme modelo do Anexo IX;**

10.26. A habilitação será verificada por meio do habilitante.

10.27. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

10.28. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.29. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

10.30. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

10.31. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no HABILITANET serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo **2 (duas) hora**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação.

10.32. A verificação no HABILITANET ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.33. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência e ou este Edital, somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.34. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.35. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.36. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.37. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro/agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.38. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto na alínea "a" do subitem 10.44.

10.39. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.40. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. **Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:**

11.4. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.5. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.6. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.7. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.8. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.9. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.10. **Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.**

11.11. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.13. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da presente licitação será adjudicado à licitante que, atendendo a todas as condições expressas neste Edital e seus anexos, for declarada vencedora para o objeto licitado de acordo com os critérios de julgamento da(s) proposta(s), de documentação(ões) e de recurso(s);



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

12.2. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 90 (noventa) dias, a contar da sessão de abertura, e, caso persista o interesse da Secretaria Requisitante, essa poderá solicitar prorrogação geral da referida validade, por igual período.

12.3. Constatada a regularidade dos atos praticados, será homologado à licitação que, atendendo a todas as condições expressas neste edital e seu Anexos.

13. DO TERMO DE CONTRATO

13.1. Os contratos administrativos decorrentes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, deverão ser formalizados com observância às normas gerais e às dispostas no Decreto Municipal nº 019/2024, de 10 de abril de 2024, bem como aos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

13.2. Após a adjudicação e homologação da licitação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato, ou outro instrumento equivalente.

13.3. O adjudicatário terá o prazo de 05 (CINCO) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
- b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou
- c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

13.5. Os prazos dos itens 11.2 e 15.4, poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.6. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Estadual de Pessoas Físicas e Jurídicas Punidas, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), e, se for o caso, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

13.7. A administração não poderá prorrogar o contrato quando a contratada tiver sido apenas com as sanções de declaração de inidoneidade com qualquer ente federativo ou impedimento de licitar e contratar com o Município de TAPAUÁ/AM, e não mantiver todas as condições de habilitação e contratação consignadas neste edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor/prestador de serviço durante a vigência do contrato.

13.8. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.9. A duração dos contratos será nos moldes previstos no edital do processo licitatório, auxiliar ou contratação direta, observada as disposições dos artigos 106 a 114 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal nº 019/2024.7

14. DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1. Não será exigida da contratada a prestação de garantias.

15. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. acompanhamento e a fiscalização da execução contratual serão realizados conforme as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021** e as normas específicas estabelecidas no **Decreto Municipal nº 019/2024**, de 10 de abril de 2024.

15.2. As condições detalhadas, atribuições do Gestor e do Fiscal, bem como os mecanismos de aferição da qualidade dos serviços bancários, encontram-se pormenorizados no **Termo de Referência (Anexo I deste Edital)**.

15.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Instituição Financeira Contratada perante terceiros, nem por quaisquer irregularidades, inclusive resultantes de imperfeições técnicas ou vício



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

redibitório, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

16. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO DA OUTORGA

16.1. Por tratar-se de concessão onerosa com critério de julgamento por **Maior Lance**, a Instituição Financeira vencedora deverá efetuar o pagamento do valor ofertado (Bônus de Assinatura) integralmente ao Município de Tapaúá.

16.2. As condições de prazo, conta bancária para depósito, forma de comprovação e penalidades por atraso no recolhimento da outorga encontram-se pormenorizadas no **Termo de Referência (Anexo I deste Edital)**.

16.3. A efetivação do pagamento da outorga onerosa é condição indispensável para o recebimento definitivo do objeto e o início da operacionalização da folha de pagamento e serviços de arrecadação.

17. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

17.1. O equilíbrio econômico-financeiro, encontram-se pormenorizada em tópico do Termo de Referência, apêndice deste edital

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratada encontram-se pormenorizada na minuta do contrato, apêndice deste edital.

19. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

19.1. As obrigações da Contratante encontram-se pormenorizada na minuta do contrato, apêndice deste edital.

20. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

20.1. Os procedimentos de responsabilização administrativa de pessoa física ou jurídica, que possa resultar na aplicação das sanções administrativas obedecerão aos ditames do Decreto Municipal nº 019/2024 e nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

20.2. As sanções administrativas encontram-se pormenorizada na minuta do contrato, apêndice deste edital

21. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

21.1. Em observância as normas insculpidas na Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais-LGPD, ficam cientes os participantes deste certame que é permitida a Administração Pública, o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres ou correlatas ao objeto deste procedimento licitatório.

21.2. O tratamento de dados pessoais pelas pessoas jurídicas de direito público referidas no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), deverá ser realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, desde que:

- a) Sejam informadas as hipóteses em que, no exercício de suas competências, realizam o tratamento de dados pessoais, fornecendo informações claras e atualizadas sobre a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas para a execução dessas atividades, em veículos de fácil acesso, preferencialmente, em seus sítios eletrônicos;
- b) Seja indicado um encarregado quando realizarem operações de tratamento de dados pessoais, nos termos do art. 39 da Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais-LGPD) (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019);

21.3. As empresas públicas e as sociedades de economia mista que atuam em regime de concorrência, sujeitas ao disposto no art. 173 da Constituição Federal, terão o mesmo tratamento dispensado às pessoas jurídicas de direito privado particulares, nos termos desta Lei.

21.4. As empresas públicas e as sociedades de economia mista, quando estiverem operacionalizando políticas públicas e no âmbito da execução delas, terão o mesmo tratamento dispensado aos órgãos e às entidades do Poder Público.



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

21.5. Declarar expressamente que autoriza o MUNICÍPIO-CONTRATANTE a utilização dos dados pessoais de seus representantes legais nas publicações necessárias ao cumprimento da execução do objeto deste Contrato, pertinentes ao princípio constitucional da publicidade dos atos públicos.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Em conformidade ao caput do artigo 60 e seus respectivos parágrafos do Decreto Municipal nº 019/2024, aos pedidos de esclarecimento e impugnação respeitará os seguintes preceitos:

22.2. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

22.3. Caberá à CCSC divulgar resposta aos pedidos de esclarecimentos e impugnações ao edital no sítio eletrônico oficial, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

22.4. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações que versarem sobre a especificação técnica ou qualificação técnica do objeto deverão ser encaminhados pela CCSC ao órgão executor para manifestação.

22.5. A CCSC desconsiderará os pedidos de esclarecimentos e impugnação aos termos do edital intempestivos, impertinentes, meramente protelatórios, de nenhum interesse para esclarecimentos dos fatos ou questionamentos que antecipem o julgamento da licitação.

22.6. Caberá à CCSC decidir pela suspensão ou não da abertura da sessão pública do procedimento licitatório, em razão de pedidos de esclarecimentos ou impugnações não respondidas pelo órgão executor, que possam alterar substancialmente a característica do objeto licitado ou as exigências de qualificação.

22.7. Os pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações que alterarem substancialmente os termos do edital ou especificações do objeto implicarão no restabelecimento do prazo para nova data para a realização do certame.

22.8. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

22.1. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através de campo específico na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas.

22.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.3. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame no sistema e no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

23.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.5. A Autoridade Superior do Ente Público poderá revogar esta Concorrência por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

23.6. No caso acima, nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos ao presente certame;

23.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

23.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo da Proposta de Preços;

Anexo III - Minuta de Termo de Contrato;

Anexo IV – Declaração de Cumprimento dos Requisitos da Proposta de Preços e de Habilitação;

Anexo V – Declaração de Elaboração Independente da Proposta;

Anexo VI – Declaração nos Termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da CF/88;

Anexo VII – Declaração de Aceitação do Edital e Anexos.

Anexo VIII – Declaração de Veracidade dos Documentos

Anexo IX – Declaração que Não Mantém Vínculo com Agente Público.

Tapauá, 20 de fevereiro de 2026

JOSÉ RAIMUNDO MESQUITA DA SILVA
Secretário Municipal de Administração
PORTARIA Nº 002/2025 – GP/PMT



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

BENS COMUNS, LEI 14.133/2021.

1. DO OBJETO

- 1.1. O presente Termo de Referência visa **CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO BANCÁRIA PÚBLICA OU PRIVADA PARA OPERAR OS SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO SECUNDÁRIA E CENTRALIZADA DE TRIBUTOS E PREÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, PROCESSAMENTO E GERENCIAMENTO DE CRÉDITOS DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS E PENSIONISTAS ABRANGENDO OS ADMITIDOS DURANTE A VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE TAPAUÁ – AM, DURANTE 60 (SESSENTA) MESES.**, conforme tabela, condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado e normas do Banco Central do Brasil (BACEN), conforme devidamente fundamentado no Estudo Técnico Preliminar (ETP).
- 1.3. Em observância ao disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021, os serviços ora contratados são de qualidade técnica padrão, estritamente necessários para o cumprimento das finalidades administrativas, **não se enquadrando como bens ou serviços de luxo**.

2. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE CONSUMO

- 2.1. O valor mínimo estimado para a presente outorga é de **R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)**, a ser pago pela instituição financeira vencedora em parcela única ao Tesouro Municipal.

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
1	Outorga onerosa para prestação de serviços de gerenciamento da folha de pagamento e arrecadação de tributos do Município de Tapauá/AM, pelo prazo de 60 meses.	Lote	1	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Secretaria Municipal de Administração Quantidade: 1,00 Valor Total R\$ 90.000,00					
Valor Total				R\$ 90.000,00	

JUSTIFICATIVA DA ESTIMATIVA DO VALOR MÍNIMO DE OUTORGA

Do Cálculo Teórico Inicial

Conforme estudos preliminares e análise da base cadastral do Município de Tapauá (aproximadamente 2.810 vínculos e folha bruta mensal de R\$ 6.876.289,87), chegou-se a uma avaliação teórica de **R\$ 1.852.800,00 (um milhão, oitocentos e cinquenta e dois mil e oitocentos reais)**. Tal montante foi obtido através da metodologia de projeção de rentabilidade por CPF (Valor por Conta - VPC) para um contrato de 60 meses.

Da Inviabilidade de Mercado e Insucesso de Certames Anteriores

Contudo, a aplicação estrita do valor teórico mostrou-se dissociada da realidade de mercado para a região. O Município de Tapauá realizou sucessivas tentativas de licitação Processos Administrativo nº 012/2025 - CCSD/PMT, Pregão Eletrônico nº 004/2025 - SEMAD/PMT, com valores estimados em R\$ 400.010,00 e R\$ 300.010,00. **Todas as tentativas restaram desertas**, comprovando a ausência de interesse comercial das instituições financeiras nos patamares outrora fixados.



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

Dos Fatores de Depreciação do Ativo

A discrepância entre o cálculo teórico e o lance real deve-se a fatores extrínsecos que elevam o risco e o custo da operação em Tapauá:

Custo Amazônico e Logística: O elevado custo de transporte de numerário, segurança patrimonial e manutenção de estrutura física em região de difícil acesso geográfico consome a margem de lucro da operação.

Perfil da Folha: A concentração de 82% dos servidores em faixas salariais de até R\$ 2.000,00 limita o potencial de venda de produtos bancários de alta rentabilidade.

Fenômeno da Portabilidade e Bancos Digitais: A crescente migração de fluxos para instituições digitais reduz o "floating" (tempo de permanência do dinheiro no banco), impactando negativamente a valoração do ativo.

Da Fixação do Valor em R\$ 90.000,00 (Preço de Equilíbrio)

Diante do exposto, e em estrita observância ao **Princípio da Eficiência e da Seleção da Proposta mais Vantajosa (Art. 11, Lei 14.133/21)**, o valor de referência foi ajustado para **R\$90.000,00**.

Esta redução não configura renúncia de receita, mas sim uma **adequação imperativa à exequibilidade do objeto**. A fixação deste valor visa evitar uma nova licitação deserta, o que acarretaria a descontinuidade do processamento da folha de pagamento e a perda do atendimento bancário presencial para servidores e aposentados — prejuízo social este que sobrepõe-se à mera expectativa de receita de outorga irrealista para a praça.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de modernização e eficiência da gestão financeira do Município de Tapauá/AM. A escolha de uma instituição bancária para a centralização da folha de pagamento e arrecadação de tributos não é apenas uma medida administrativa, mas uma decisão estratégica de otimização de ativos públicos.

O processamento da folha de pagamento e a arrecadação secundária exigem tecnologia de ponta e segurança cibernética que apenas instituições bancárias sólidas podem oferecer. A centralização permite o controle rigoroso dos fluxos de caixa, garantindo que as disponibilidades financeiras do Município sejam geridas em conformidade com o Art. 164, §3º da Constituição Federal.

Diferente das contratações comuns, este certame visa a obtenção de receita para o Município, mediante o pagamento de contrapartida financeira pela instituição vencedora pela exclusividade do fluxo financeiro (respeitada a portabilidade bancária). Tal recurso poderá ser revertido em investimentos diretos em áreas prioritárias como saúde e educação.

O prazo de 60 (sessenta) meses é estabelecido com base no Art. 106 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a celebração de contratos de serviços contínuos por prazos determinados de até 5 (cinco) anos. Tal período é indispensável para garantir a amortização dos investimentos operacionais e tecnológicos da instituição financeira, assegurando a continuidade ininterrupta do pagamento dos servidores e da arrecadação municipal em Tapauá.

A contratação garante a manutenção de estrutura de atendimento presencial no Município, essencial para o suporte aos servidores ativos e, especialmente, aos pensionistas que dependem de auxílio bancário humano. A ausência desta contratação geraria grave risco de descontinuidade nos pagamentos e ineficiência na arrecadação tributária, prejudicando o equilíbrio fiscal.

O processo guarda estreita observância aos princípios da eficiência, economicidade, impessoalidade e transparência, estando em plena consonância com os ditames da Lei nº



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

14.133/2021 e as orientações consolidadas do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM).

- 3.2. Mais detalhes quando a fundamentação da presente contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

- 4.1. A Prefeitura Municipal de Tapauá optou pela não elaboração do Plano Anual de Contratações, por essa razão a presente demanda não possui alinhamento com o planejamento da organização.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 5.1. A descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do produto encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. Os requisitos da contratação, como critérios de sustentabilidade, indicação de marcas ou modelos, ou ainda a vedação de contratação de marca ou produtos encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

7. DAS AMOSTRAS

- 7.1. Para a presente contratação não será obrigatória a apresentação de amostras por parte da licitante vencedora.

8. DA GARANTIA DE PROPOSTA

- 8.1. Não haverá exigência de garantia de proposta na presente contratação.

9. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

11. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

- 11.1. Em estrita observância ao artigo 49, incisos II e III, da Lei Complementar nº 123/2006, os benefícios previstos nos artigos 47 e 48 da referida norma **não serão aplicados** ao presente procedimento licitatório, pelas seguintes razões técnicas:
- **inexistência de Fornecedores Competitivos (Inciso II):** O objeto da contratação (serviços bancários, processamento de folha e arrecadação tributária) exige autorização específica do Banco Central do Brasil (BACEN) e infraestrutura tecnológica de alta complexidade. Não há o mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP que possuam referida autorização e capacidade técnica para operar os serviços em questão.
 - **Prejuízo à Eficiência e ao Interesse Público (Inciso III):** A natureza do serviço requer solidez financeira e capilaridade que são incompatíveis com o porte de micro e pequenas empresas. A aplicação do benefício restringiria indevidamente a competitividade e comprometeria a segurança jurídica e financeira dos pagamentos dos servidores e da arrecadação municipal.



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

- 11.2. Portanto, a participação no certame será aberta a todas as instituições financeiras, públicas ou privadas, que preencham os requisitos de qualificação técnica e habilitação jurídica estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital.

12. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 12.1. O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) meses**, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual, conforme autoriza o art. 106 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.1.1. O objeto do presente Termo de Referência é enquadrado como **serviço contínuo**, sendo a vigência plurianual tecnicamente mais vantajosa para a Administração Pública, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), por garantir a estabilidade dos fluxos financeiros e a manutenção da estrutura bancária presencial no Município.
- 12.1.2. A vigência poderá ser prorrogada sucessivamente, respeitado o limite de **10 (dez) anos**, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja previsão orçamentária, demonstração de vantajosidade e concordância entre as partes.
- 12.2. Havendo necessidade o contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 12.3. O instrumento contratual oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**.
- 13.2. O critério de julgamento adotado será o **MAIOR LANCE (MAIOR OFERTA)**, Por tratar-se de uma cessão de direito onerosa, o objetivo da Administração é selecionar a instituição financeira que oferecer a maior contrapartida financeira (bônus de assinatura) ao Tesouro Municipal, respeitados os requisitos mínimos de habilitação e qualificação técnica.

Forma de fornecimento

- 13.3. O fornecimento do objeto será **CONTINUADO**, pois a natureza dos serviços bancários de processamento de folha de pagamento e arrecadação tributária exige execução ininterrupta ao longo de toda a vigência contratual, visando assegurar a continuidade operacional da gestão financeira do Município de Tapauá.

14. PROPOSTA DE PREÇOS

- 14.1. O valor ofertado pela licitante deverá corresponder ao **Bônus de Assinatura (Outorga Onerosa)** pela exclusividade na operacionalização da folha de pagamento e serviços de arrecadação, não podendo ser inferior ao valor mínimo estipulado neste Termo de Referência.
- 14.2. No valor proposto deverão estar inclusos todos os custos operacionais, tecnológicos, logísticos, tributos (diretos e indiretos), taxas, contribuições sociais, trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer despesas necessárias para a instalação e manutenção da infraestrutura de atendimento presencial no Município de Tapauá/AM.
- 14.3. A proposta de preço deverá ser apresentada de forma clara, contendo:
- a)** O valor total da outorga em moeda corrente nacional (numérico e por extenso);



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

- b)** Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **90 (noventa) dias**, contados da data de sua apresentação;
- c)** Declaração de pleno conhecimento e aceitação de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos;
- d)** Comprovação de que a instituição é autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar os serviços objeto desta licitação.

- 14.4. Por tratar-se de uma concessão de serviços bancários, ficam dispensadas as exigências de indicação de marca, modelo ou fabricante, devendo a licitante observar as normas de padronização e interoperabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

15. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- 15.1. A habilitação jurídica à regularidade fiscal, social e trabalhista, bem como a habilitação econômico-financeira, serão comprovadas nos termos estabelecidos no Edital de Licitação, conforme as exigências da Lei nº 14.133/2021.
- 15.2. A **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, Dada a natureza do serviço bancário e a logística local, a licitante vencedora deverá apresentar :
- 15.2.1. **Autorização de Funcionamento:** Cópia da autorização de funcionamento expedida pelo **Banco Central do Brasil (BACEN)**, comprovando a regularidade da instituição financeira perante o Sistema Financeiro Nacional.
 - 15.2.2. **Atestado de Capacidade Técnica:** Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já prestou, ou presta, serviços de processamento de folha de pagamento de complexidade semelhante.
 - 15.2.3. **Declaração de Infraestrutura Local:** Declaração formal de que a instituição manterá, durante toda a execução do contrato, estrutura de atendimento presencial (Agência ou Posto de Atendimento Bancário - PAB) no Município de Tapauá/AM, com infraestrutura mínima para operações presenciais.
 - 15.2.4. **Conformidade Tecnológica:** Declaração de capacidade de integração tecnológica com o sistema de Recursos Humanos e Arrecadação da Prefeitura, utilizando padrões de arquivo **CNAB**.

16. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Implantação e Início dos Serviços

- 16.1. O prazo para a completa implantação dos serviços (integração de sistemas e abertura de contas) será de até **30 (trinta) dias**, contados da emissão da Ordem de Serviço ou assinatura do contrato.
- 16.2. Caso haja necessidade de adequação técnica nos sistemas de RH da Prefeitura para recepção do arquivo **CNAB**, a Contratada deverá prestar suporte técnico imediato, garantindo que o primeiro cronograma de pagamento após a assinatura seja cumprido.
- 16.3. A "entrega" do objeto dar-se-á pela disponibilização dos canais de atendimento e confirmação da abertura das contas-salário dos servidores ativos e pensionistas.
- 16.4. A Contratada deverá realizar, às suas expensas, campanhas de esclarecimento e entrega de cartões/kits de boas-vindas aos servidores no Município de Tapauá, em local a ser definido pela Secretaria de Administração.

Garantia de Disponibilidade e Assistência Técnica



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

- 16.5. A garantia, neste contrato, refere-se à **Garantia de Disponibilidade (SLA)** dos sistemas bancários e de arrecadação. A Contratada deverá assegurar que os canais eletrônicos (aplicativos e internet banking) e terminais físicos operem com disponibilidade mínima de 95% ao mês.
- 16.6. A assistência técnica compreende o suporte operacional para correção de erros de processamento no crédito de salários ou no repasse de arrecadações tributárias.
- 16.7. **Manutenção Corretiva de Dados:** Identificada qualquer inconsistência no processamento de arquivos de folha, a Contratada terá o prazo de **24 (vinte e quatro) horas** para realizar as correções e efetivar os créditos devidos, sob pena de sanções administrativas.
- 16.8. A Contratada deverá garantir a atualização tecnológica constante de seus sistemas, assegurando que a Prefeitura de Tapauá utilize sempre as versões mais seguras e modernas de processamento bancário (ex: suporte a PIX, QR Code Dinâmico).
- 16.9. A garantia de suporte humano presencial em Tapauá deve ser ininterrupta durante o horário comercial bancário, independentemente de falhas em sistemas centrais da instituição.

17. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 17.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 17.2. As comunicações oficiais entre a Prefeitura de Tapauá e a Instituição Bancária deverão ser realizadas por escrito (ofício ou e-mail corporativo), garantindo a rastreabilidade das decisões e ordens de serviço.
- 17.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 17.4. Após a assinatura do contrato, a Secretaria de Administração convocará a Instituição Bancária para reunião inicial de apresentação do plano de fiscalização. Nesta oportunidade, o banco deverá apresentar o **Plano de Transição**, detalhando o cronograma de abertura de contas e integração de sistemas para evitar falhas no primeiro pagamento.

Fiscalização

- 17.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização do Contrato

- 17.6. O Fiscal do contrato e, no seu afastamento e impedimento legal, ao seu substituto, em especial exercer as atribuições previstas nos artigos 30, inciso I à XVIII, e Parágrafo único do Decreto Municipal n.º 019/2024.

Gestor do Contrato

- 17.7. O gestor do contrato e ao seu substituto, naquilo que couber exercer as atribuições previstas nos artigos 29, inciso I à XIII, e Parágrafo único do Decreto Municipal n.º 019/2024.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 18.1. A presente contratação não implicará em despesa direta para o Município de Tapauá, tratando-se de licitação do tipo "**Maior Oferta**", na qual a Instituição Bancária vencedora pagará ao Município um bônus de assinatura (outorga onerosa).
- 18.2. O valor total ofertado pela licitante vencedora deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal em parcela única, após a assinatura do contrato, sob a seguinte classificação de receita:



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

Órgão: 02.00 – PODER EXECUTIVO

Unidade: 02.04 - SECRETARIA MUNIC. DE FAZENDA

Código de Receita: 1.3.6.1.01.1.1 – Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamento – Principal.

Fonte de Recursos: 1.501 – Recursos Livres (Tesouro Municipal).

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E ACEITE TÉCNICO

- 19.1. O objeto será recebido **provisoriamente** em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato e entrega do cronograma de transição pela Contratada, para efeito de posterior verificação da integração tecnológica entre o Banco e o sistema de RH/Arrecadação do Município.
- 19.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando a infraestrutura tecnológica ou o suporte presencial em Tapauá/AM estiverem em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, devendo a Contratada sanar as inconsistências no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 19.3. O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado da verificação conjunta (Fiscal do Contrato e Contratada) dos seguintes marcos:
- a) Comprovação do recolhimento integral do valor da **Outorga Onerosa (Bônus de Assinatura)** ao Tesouro Municipal;
 - b) Homologação dos testes de transmissão de arquivos (CNAB) para crédito de salários e processamento de guias de arrecadação;
 - c) Confirmação da operacionalidade da estrutura de atendimento no Município.
- 19.4. No caso de controvérsia sobre a execução tecnológica ou operacional, observar-se-á o teor do **art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021**, procedendo-se às diligências necessárias para o saneamento das falhas.
- 19.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Instituição Financeira pela segurança cibernética, sigilo bancário (Lei Complementar nº 105/2001) e proteção de dados (LGPD), nem pela continuidade ininterrupta dos serviços durante os 60 meses de vigência.

20. DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO

- 20.1. Por tratar-se de uma concessão onerosa, a presente licitação não gerará custos de pagamento pelo Município à contratada, mas sim a obrigação da Instituição Financeira vencedora de pagar ao Município de Tapauá um **Bônus de Assinatura (Outorga Onerosa)**.
- 20.2. A Contratada efetuará o pagamento do valor total correspondente à sua proposta vencedora (Lance Global), respeitado o valor mínimo de **R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)**, em **parcela única**.
- prazo de pagamento**
- 20.3. O pagamento integral do lance ofertado deverá ser efetuado em até **15 (quinze) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa.
- Dos meio de Pagamento e Conta para Crédito**
- 20.4. O valor deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal via Guia de Arrecadação Municipal (DAM) ou transferência identificada para a seguinte conta bancária:
- Titular:** Prefeitura Municipal de Tapauá
Banco: Bradesco
Agência: 5045



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

Conta Corrente: 103-1

Da Comprovação e Regularidade

- 20.5. Para a efetivação do Recebimento Definitivo do objeto, a Contratada deverá apresentar ao Fiscal do Contrato:
1. Comprovante de depósito/transferência integral do valor da outorga;
 2. Certidões de regularidade fiscal (Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista) atualizadas;
 3. Cartão do CNPJ da instituição.

Reajuste

- 20.6. Considerando que o pagamento da outorga é realizado em parcela única logo no início da vigência, não haverá aplicação de índice de reajuste sobre este valor. Eventuais reajustes de tarifas bancárias (se houver previsão) seguirão as normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e estão detalhados na minuta do contrato.

21. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 21.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.
Tapauá - AM, 27 de janeiro de 2026.

Girlane do Nascimento Ramos
Assistente de Atendimento



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

ANEXO II

PROPOSTA DE PREÇOS

Processo Administrativo Nº/20..... - CPL/PMT

Pregão Eletrônico Nº/20.... - SEMAD/PMT

Objeto:

Sessão Pública: /...../20.... – horário:h:.....min

Local: (será realizada a sessão pública, de acordo com o constante no aviso de licitação).

IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

Nome de Fantasia:	
Razão Social:	
CNPJ:	Optante pelo SIMPLES? (Sim/Não)
Endereço:	
Bairro:	Cidade:
CEP:	E-mail:
Telefone:	Fax:
Banco:	Conta Bancária:
Nome e número da agência bancária:	

ITEM	ESPECIFICAÇÃO/DESCRIÇÃO	Unidade	Quant.	R\$ do Lance	Valor por extenso
1	Outorga onerosa para prestação de serviços de gerenciamento da folha de pagamento e arrecadação de tributos do Município de Tapauá/AM, pelo prazo de 60 meses.	Lote	1		

A empresa (NOME DA EMPRESA) declara que:

- O valor ofertado corresponde ao **Bônus de Assinatura** a ser pago integralmente ao Município de Tapauá em parcela única, sem qualquer ônus ou retenção para a Administração.
- Atende a todas as especificações técnicas, exigências de infraestrutura presencial em Tapauá/AM e requisitos de integração tecnológica (CNAB) previstos no Edital.
- Caso vencedora, submete-se a todas as cláusulas do Edital e da Minuta do Contrato, ciente de que o pagamento da outorga é condição para a assinatura do termo.
- Validade da Proposta: 90 (noventa) dias**, a contar da data de abertura da sessão pública.
- No valor ofertado estão inclusos todos os tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários e custos de instalação da agência/posto de atendimento no Município.

..... (AM), de de 2026

.....
Sócio Administrador, Diretor ou Representante Legal
Carimbo de Identificação

ANEXO III

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº /20.... - PMT

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto nº 019, de 10 de abril de 2024



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

O **MUNICÍPIO DE TAPAUÁ - PREFEITURA MUNICIPAL**, CNPJ sob o nº 04.530.390/0001-62, com sede na avenida Presidente Castelo Branco, nº 361, Centro, na Cidade de Tapauá-AM, tendo em vista o que consta no Processo em epígrafe e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 019/2024 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo de Contrato/Carta Contrato**, decorrente do Pregão Presencial em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CONTRATANTE:	CNPJ.:	ENDEREÇO:	REPRESENTANTE LEGAL:
MUNICÍPIO DE TAPAUÁ – PREFEITURA MUNICIPAL	04.530.390/0001-62	avenida presidente Castelo Branco, nº 361, Centro – CEP 69.480.000

CONTRATADA:	CNPJ.:	ENDEREÇO:	REPRESENTANTE LEGAL:
.....

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação....., nas condições estabelecidos no Termo de Referência.

1.2. vinculam esta contratação, independentemente de transcrição.

1.2.1. o Termo de Referência;

1.2.2. o Edital de Licitação;

1.2.3. a Proposta do(a) Contratado(a);

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de (....) **dia/meses**, contados de sua assinatura com início na data de/.../20.... e encerramento em/.../20...., admitida a prorrogação:

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Edital e/ou Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. O valor Global da contratação, correspondente ao lance vencedor ofertado pela CONTRATADA ao CONTRATANTE pela exclusividade na prestação dos serviços bancário, é de **R\$** (.....).



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

Item	Descrição	Quant.	Vi. Total
01	contratação de instituição bancária pública ou privada para operar os serviços de arrecadação secundária e centralizada de tributos e preços públicos municipais, processamento e gerenciamento de créditos da folha de pagamento dos servidores ativos e pensionistas abrangendo os admitidos durante a vigência e execução do contrato da administração direta e indireta do município de Tapauá – Am, durante 60 (sessenta) meses.	1	R\$
VALOR GLOBAL			R\$
VALOR GLOBAL (POR EXTENSO)			

5.2. O valor estabelecido na Cláusula 5.1 remunera integralmente a CONTRATADA pela exclusividade e pela prestação de todos os serviços descritos na Cláusula Primeira, pelo período de vigência contratual, não sendo devido qualquer outro valor, taxa ou tarifa adicional pelo CONTRATANTE em decorrência dos serviços prestados.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. A receita referente ao lance vencedor, será pago pelo CONTRATADA ao CONTRATANTE em **parcela única**, nas dotações orçamentárias abaixo classificadas:

Código de Receita: 1.3.6.1.01.1.1 - cessão do Direito de Operacionalização de Pagamento - poderes executivo e legislativo - Principal

Fonte de Recursos: 1.501 - Tesouro Municipal

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento e/ou execução do objeto são aquelas previstas no Edital e/ou Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar do orçamento estimado. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresse requerimento da contratada devidamente instruído, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice IPCA-E.

Parágrafo Primeiro: Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação em vigor.

Parágrafo Segundo: Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Parágrafo Terceiro: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Parágrafo Quarto: O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

Parágrafo Quinto: Caso, na data de eventual prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, poderá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação, a requerimento do contratado, para resguardar o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

Parágrafo Sexto: A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.

Parágrafo Sétimo: O contratado deverá apresentar seu pleito de reajuste devidamente instruído, dentro de 60 (sessenta) dias a contar da divulgação do índice correspondente ao mês do reajuste, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211 do Código Civil.

Parágrafo Oitavo: A apresentação do pedido dentro do prazo previsto no parágrafo anterior ensejará a produção de efeitos financeiros a contar da data-base prevista no contrato.



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

Parágrafo Nono: A revisão do contrato poderá ser realizada a qualquer tempo, desde que observado o prazo prescricional de 5 (cinco) anos contados da data do evento ensejador do desequilíbrio e que o pedido correspondente seja formalizado durante a respectiva vigência contratual, ou, em caso de prorrogação, antes da assinatura do termo aditivo, sob pena de preclusão do direito.

Parágrafo Décimo: Os pedidos serão recebidos pela fiscalização do contrato e deverão ser respondidos de forma conclusiva dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias da data de recebimento, prazo este que será interrompido, recomeçando a contagem a partir do novo protocolo, caso o requerimento seja reapresentado pela CONTRATADA ou caso haja a necessidade de complementação da instrução processual correlata.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

10.1. São obrigações do CONTRATANTE:

10.1.1. Fornecer à CONTRATADA, em tempo hábil e nos formatos acordados, todos os dados, arquivos e informações necessários para o correto e pontual processamento da folha de pagamento dos servidores, bem como para a gestão dos demais serviços de arrecadação.

10.1.2. Prestar o apoio técnico e administrativo necessário para a perfeita execução dos serviços, incluindo a indicação de interlocutores técnicos e a disponibilização de acesso aos sistemas municipais, quando aplicável.

10.1.3. Fiscalizar a execução do contrato de forma contínua e rigorosa, atestando mensalmente a prestação dos serviços e exigindo o fiel cumprimento de todas as cláusulas contratuais, do Termo de Referência e da legislação aplicável.

10.1.4. Notificar formalmente a CONTRATADA sobre quaisquer falhas, inconsistências ou irregularidades na prestação dos serviços, concedendo prazo razoável para saneamento. Em caso de não correção, aplicar as penalidades cabíveis.

10.1.5. Designar formalmente, mediante ato administrativo, os responsáveis pela fiscalização, conforme as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 019/2024.

10.1.6. Garantir a existência de saldo suficiente na conta do Tesouro Municipal nas datas previstas para o crédito da folha, de modo que o processamento bancário ocorra estritamente dentro do cronograma de pagamentos da Prefeitura.

10.1.7. Facilitar o acesso da CONTRATADA às dependências municipais para a realização de campanhas de informação, abertura de contas e entrega de cartões/kits aos servidores.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Cumprir integralmente o Plano de Transição e Implementação, garantindo a abertura das contas-salário e a migração dos dados dos servidores no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura, sem interrupção dos pagamentos.

11.2. Não cobrar do Município ou dos servidores quaisquer tarifas bancárias, taxas de manutenção ou custos relacionados à **Conta-Salário** e aos serviços essenciais definidos pelo Banco Central do Brasil (Resolução CMN nº 3.402/2006).

11.3. Manter, durante toda a vigência contratual, estrutura de atendimento presencial (Agência ou Posto de Atendimento) no Município de Tapauá/AM, com guichês de caixa e/ou terminais de autoatendimento suficientes para a demanda dos servidores e pensionistas.

11.4. Disponibilizar canais (guichês, internet e PIX) para arrecadação de tributos, garantindo o repasse integral ao Tesouro Municipal no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas úteis (D+1)**, acompanhado do respectivo arquivo de retorno para conciliação.

11.5. Processar e creditar os salários, proventos e benefícios dos servidores em tempo hábil, na data estabelecida pela Prefeitura, sem falhas ou atrasos.

11.6. Operacionalizar os descontos de empréstimos consignados e demais verbas associadas, respeitando rigorosamente as margens e comandos enviados pelo setor de RH do Município.

11.7. Garantir a confidencialidade e a segurança cibernética dos dados dos servidores e contribuintes, em estrita observância à **Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018)** e à Lei do Sigilo Bancário.

11.8. Respeitar o direito de portabilidade bancária dos servidores, sem impor obstáculos ou custos adicionais, conforme regulamentação do Conselho Monetário Nacional.

11.9. Disponibilizar canal de comunicação direta e oficial para o Gestor e o Fiscal do Contrato, com resposta a chamados técnicos em até **04 (quatro) horas**.

11.10. Submeter-se à fiscalização da Prefeitura e dos órgãos de controle (TCE-AM), fornecendo extratos, relatórios de repasses e demonstrativos de processamento sempre que solicitado.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

13.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Edital e/ou Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

(1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.2, de 0,5% a 15% do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 0,5% a 10% do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 13.2, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 13.2, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 13.2, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

13.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

13.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS FORMAS DE EXTINÇÃO

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.7.3. Das indenizações e multas.

14.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS VEDAÇÕES

16.1. É vedado à CONTRATADA:

16.1.1. Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;

16.1.2. interromper a execução dos fornecimentos/serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

18.1. Após a assinatura do contrato seu inteiro teor deverá ser divulgado, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, na imprensa oficial do Município, devendo seu extrato ser publicado no DOM-Diário Oficial dos Municípios do Amazonas, e seu inteiro teor inserido no Portal de Transparência da Administração Municipal.

Parágrafo primeiro: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

Parágrafo segundo: Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

19.1. As regras sobre a proteção de dados pessoais são aquelas estabelecidas no Edital e/ou Termo de Referência, anexo a este Contrato.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1. Fica eleito o Foro da Cidade de TAPAUÁ-AM, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Tapauá, de de 20....

.....
Prefeito Municipal
Contratante

.....
Representante Legal
Contratada

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

ANEXO IV

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS
DA PROPOSTA DE PREÇOS E DE HABILITAÇÃO**

A (razão social da empresa), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, localizada na cidade decom endereço....., DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos exigidos no Edital quanto à Proposta de Preços e à Habilitação, especialmente, em relação às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista.

DECLARA, ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital, ensejará a reparação civil das perdas e danos a Declarante.

....., ... de de 20.....

.....
Sócio Administrador, Diretor ou Representante Legal
Carimbo de Identificação

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DA PROPOSTA

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE] (doravante denominado [Licitante]), para fins do disposto no item [completar] do Edital [COMPLETAR COM IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL], declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) A Proposta em anexo foi elaborada de maneira independente pelo [Nome da Licitante], e que o conteúdo da proposta inclusa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido por outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO], por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a Proposta anexa não foi informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO], por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influenciar na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO], quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da Proposta inclusa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO], antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de [Órgão Licitante] antes da abertura oficial das propostas; e
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

....., ... de de 20.....

.....
Sócio Administrador, Diretor ou Representante Legal
Carimbo de Identificação



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

ANEXO VI

MODELO DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CF/88

A (razão social da empresa), inscrita no CNPJ n., por intermédio do seu representante legal o(a) Sr...., portador(a) da Carteira de Identidade de n. ... e do CPF/MF n., DECLARA, para os fins do disposto no inciso V, do artigo 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, apenas na condição de aprendiz.

....., ... de de 20.....

.....
Sócio Administrador, Diretor ou Representante Legal
Carimbo de Identificação

ANEXO VII

MODELO DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO EDITAL E ANEXOS

A (razão social da empresa), inscrita no CNPJ n., por intermédio do seu representante legal o(a) Sr...., portador(a) da Carteira de Identidade de n. ... e do CPF/MF n., DECLARA, para os fins que está ciente e concorda integralmente com as condições do edital e anexos.

....., ... de de 20.....

.....
Sócio Administrador, Diretor ou Representante Legal
Carimbo de Identificação

ANEXO VIII

MODELO DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS

A (razão social da empresa), inscrita no CNPJ n., por intermédio do seu representante legal o(a) Sr....., portador(a) da Carteira de Identidade de n. e do CPF/MF n., DECLARA, sob as penas da lei, que os documentos apresentados para comprovação da habilitação são fiéis e verdadeiros.

....., ... de de 20.....

.....
Sócio Administrador, Diretor ou Representante Legal
Carimbo de Identificação



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPAUÁ

ANEXO IX

MODELO DECLARAÇÃO QUE NÃO MANTÉM VÍNCULO COM AGENTE PÚBLICO

A (razão social da empresa), inscrita no CNPJ nº., por intermédio do seu representante legal o(a) Sr....., portador(a) da Carteira de Identidade de n. e do CPF/MF n., DECLARA, para os fins que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão executor ou com agente público, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

....., ... de de 20.....

.....
Sócio Administrador, Diretor ou Representante Legal
Carimbo de Identificação